



***A Laude Spaniae* de Isidoro de Sevilha na Cronística Medieval
Peninsular (séculos VIII-XIV)
The *Laude Spaniae* of Isidore of Seville in the Iberic Medieval
Chronicles (VIIIth-XIVth centuries)**

António REI¹

Recebido no dia 31-09-2011

Resumo: A presença do *Laude Spaniae* (Louvor da Hispânia), de Isidoro, bispo de Sevilha nas crónicas medievais escritas na Península Ibérica entre os séculos VIII e XIV, pelos poderes políticos cristãos, como parte emotiva do texto da crónica, conduzindo ao esforço da “reconquista” militar aos poderes islâmicos presentes nas zonas andalusis da Península.

Abstract: the presence of *Laude Spaniae* (Praise of Hispania) of Isidor, bishop of Seville in the medieval chronicles wrote in the Iberic Peninsula between the VIIIth and the XIVth centuries, by the Christian political powers, as an emotional part of the chronicle text, leading to the effort of military “reconquest” to the muslim powers in the andalusian parts of the Peninsula.

Palavras-chave: *Laude Spaniae* – Isidoro de Sevilha – Crónicas – Idade Média – Reconquista.

Key-words: *Laude Spaniae* – Isidore of Seville – Chronicles – Middle Ages – Reconquest.

¹ Doutor em História Cultural e das Mentalidades Medievais, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa ; Investigador Integrado do Instituto de Estudos Medievais (IEM / FCSH – UNL); Bolseiro Pos-Doc (SFRH/BPD/36484/2007) da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT); ajrei@sapo.pt

1. Introdução: os primórdios asturo-leoneses

Embora nos cinjamos a este período cronológico, convém ter presente que existe todo um período anterior, desde os primórdios da monarquia asturiana e em que se foi ‘re-criando’, aos poucos, a ideologia ‘imperial’ visigoda, que muito devia a Isidoro de Sevilha, e adaptando-a às novas circunstâncias.

No reinado de Afonso II (791-842) foi identificado o túmulo de S. Tiago, facto e lugar que se tornaram de grande importância na construção do edifício ideológico neo-godo e também para a sua sacralização, pois aquelas relíquias eram a confirmação de que a Divindade outorgava à monarquia asturiana a tarefa da restauração do poder e do prestígio da cristandade hispânica. Em consequência, o Apóstolo foi adoptado como Protector (*patronus*) daquela monarquia.²

Já no início do mesmo reinado, coincidindo com as revoltas moçárabes no *Gharb al-Andalus* ocorridas nos primórdios do século IX, tinham sido recebidos em Oviedo, no ano de 802, os restos mortais da St^a. Eulália, enviados pelos cristãos de Mérida, por receio de uma eventual profanação que pudesse ocorrer durante os tumultos.³

No reinado de Afonso III (866-910) foi dada continuidade àquela ‘construção ideológica’.⁴ Entre outros aspectos queremos salientar dois, que entendemos de importância neste contexto: em primeiro lugar, a acumulação de ‘capital

² Sobre a importância da descoberta do túmulo de S. Tiago no discurso ideológico e sacralizador da monarquia asturiana, v. KRUS, Luís, “Tempo de Godos e Tempo de Mouros. As Memórias da *Reconquista*”, in *Passado, Memória e Poder na sociedade medieval portuguesa*, Redondo: Patrimonia, 1994, pp. 112-114; O papel de Afonso II na consolidação daquela monarquia, e na adopção de S. Tiago como patrono da Hispânia, v. RUCQUOI, A., *História Medieval da Península Ibérica*, Lisboa: Ed. Estampa, 1995, pp. 135-138, especialmente p.136.

³ Sobre esta trasladação de St^a. Eulália, v. CAGIGAS, Isidro de las, *Los Mozárabes*, II vols., Madrid: CSIC, 1947-48, T.I, p.177, n.54; e DÍAZ Y DÍAZ, M., “La circulation des manuscrits dans la Péninsule Ibérique du VIII^e au XI^e siècle”, *Cahiers de Civilisation Médiévale (CCM)* n^o 12, pp. 219-241 e 383-392, p. 222.

⁴ O poder de Afonso III foi designado pelos seus escribas oficiais como *imperium* (RUCQUOI, A., *ob.cit.*, p. 141). Essa ‘construção’ manteve-se e mesmo quando muitas das questões entre os diferentes monarcas cristãos do norte peninsular eram decididas em Córdoba, eles continuaram a usar titulações de tipo imperial, algumas mesmo com um sabor claramente bizantino. Por exemplo, o rei Ramiro III (966-984) (*Idem*, p.327), contemporâneo portanto do reinado de al-Hakam II e do início do reinado de Hishâm II, e paralela ascensão de Ibn Abî ‘Âmir al-Mansûr, usou os títulos de *Princeps Magnus* e de *Basileus* (*Idem*, p.152).

sacralizante⁷ - alfaias de igreja, livros⁵ e principalmente a recepção de relíquias de mártires que foram depositados na Igreja de Oviedo. Às relíquias de St^a. Eulália de Mérida, juntaram-se, em 884, as de alguns dos mais destacados “mártires de Córdoba”, entre os quais as do próprio Eulógio, o principal mentor das manifestações anti-islâmicas⁶; e em segundo lugar, o retomar da redacção de «crónicas», no âmbito da própria monarquia, prática abandonada havia cerca de dois séculos⁷, entre as quais a *Crónica de Afonso III*, para cuja elaboração terão sido utilizados os anais régios.⁸ Curiosamente foi também a partir desta altura que começou a ter uma significativa circulação o texto da ‘*Laude Spaniae*’ de Isidoro de Sevilha.⁹

Mais uma iniciativa carregada de importância estratégica e simbólica para o discurso do poder neo-godo que se estava a consolidar no reino cristão do norte peninsular, foi a mudança da capital do reino, de Oviedo para Leão no reinado de Ordonho II (914-924), filho de Afonso III. Leão passou a ser a nova *urbs regia*.¹⁰

Esta monarquia, que se chamou desde então “de Leão”, e mais tarde “de Leão e Castela”, foi ainda mais prestigiada, sacral e simbolicamente, no reinado de Fernando I (1037-1065), quando foram trasladados para a Catedral de Leão,

⁵ RUCQUOI, A., *idem*, p.141.

⁶ Sobre a trasladação de alguns dos mártires de Córdoba, Eulógio e Leocrícia, em 883 ou 884, para Oviedo, e DÍAZ Y DÍAZ, M., “La circulation des manuscrits...”, *CCM*, p. 225; L. KRUS, “Tempo de Godos...”, pp. 117-119; RUCQUOI, A., *ob.cit.*, p.141. Relativamente a Eulógio e à sua acção nos meios moçárabes e nas ‘revoltas de Córdoba’, v. Isidoro de las CAGIGAS, *Los Mozárabes*, T.I, pp.197-209 e 228-233.

⁷ Além da *Crónica de Afonso III*, são desta mesma época e círculo literário, a *Crónica Albeldense* e a *Crónica Profética*, (v. RUCQUOI, A., *ibidem*) sendo nesta última Afonso III apresentado como o muito próximo conquistador da Hispânia e como o monarca que reinaria sobre toda a Hispânia (DÍAZ Y DÍAZ, M., “La historiografía hispana hasta el año 1000”, *De Isidoro al siglo XI*, p. 226). Sobre a dependência da *Crónica Profética* relativamente a Isidoro, v. DÍAZ Y DÍAZ, M., “Isidoro en la Edad Media hispana”, *De Isidoro al siglo XI*, pp. 181-182. Sobre a *Crónica de Afonso III*, v. ainda SANCHÉZ ALONSO, Benito, *Historia de la historiografía española: ensayo de un examen de conjunto. 1) Hasta la publicación de la Crónica de Ocampo (...-1543)*, 2ª ed. rev., Madrid: CSIC, 1941, pp. 110-114.

⁸ Além das fontes directas produzidas pela monarquia asturiana, como era o caso dos anais, a própria biblioteca do palácio de Afonso III fora incrementada durante o reinado, e tinha, em 882, a quantia, digna de nota para a produção literária cristã da época, de quarenta e dois títulos (RUCQUOI, A., *ob.cit.*, p.141).

⁹ KRUS, Luís, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380). Geografia dos livros de linhagens medievais portugueses, 1280-1380*, Lisboa: FCG/JNICT, 1995, p. 138, n. 293.

¹⁰ RUCQUOI, A., *ob.cit.*, p.143

em 1063, os restos mortais de Isidoro de Sevilha.¹¹ O santo bispo hispalense passou a ser o protector daquela capital e da monarquia nela sedeadada, e naquele momento decisivamente empenhada na ‘reconquista’ do entre Douro e Mondego.¹²

Cerca de duas décadas depois da conquista de Coimbra (1064), a monarquia castelhana-leonesa atingiu, ou recuperou, oficialmente, a condição ‘imperial’ pela mão de Afonso VI.¹³

Após a conquista, em 1085, de Toledo, a antiga *urbs regia* da monarquia visigótica, aquele monarca adoptou mesmo o título de ‘imperador’.¹⁴ Seu neto Afonso VII não apenas usou também o mesmo título, como, em 1135, se fez mesmo coroar imperador.¹⁵ Este título não continuou a ser usado depois,

¹¹ A transladação de Isidoro de Sevilha, de Sevilha para Leão em 1063 (DÍAZ Y DÍAZ, M., “Isidoro en la Edad Media Hispana”, pp.183 ss.; IDEM, “La circulation des manuscrits...”, p. 221, KRUS, Luís, “Tempo de Godos e Tempo de Mouros...”, p. 124), efectuou-se para a Catedral que Fernando I mandara reconstruir para ser o panteão dos reis das Astúrias (KRUS, Luís, *ibidem*). Segundo RUCQUOI, A., a reconstrução daquele templo, panteão da dinastia dos reis asturo-leonêses, dever-se-á a Afonso V e não a Fernando I (RUCQUOI, A., *ob.cit.*, p.161). A integração dos restos mortais de S. Isidoro naquele panteão reforçava as pretensões destes reis enquanto herdeiros da monarquia visigoda (*ibidem*).

¹² O episódio da transladação dos restos mortais de Isidoro de Sevilha ocorre depois das conquistas de Lamego (1057) e Viseu (1058) e no ano anterior ao da conquista de Coimbra (1064) (v. REI, A., “Os Rostos do Poder na Lisboa das Taifas (1009-1093). Novas leituras”, *Actas do II Colóquio Nova Lisboa Medieval*, Lisboa: IEM/FCSH-UNL / Livros Horizonte, 2007, pp. 60-71; TERRÓN ALBARRÁN, Manuel, «Aproximación a la Prosopografía del Reino Taifa de Badajoz: las Fronteras y el Territorio», *Bataliús II* (1996), pp.233-256, pp.247-248; VIGUERA MOLÍNS, María Jesús, «Entre Douro e Mondego nas fontes árabes medievais. Estudo de um caso periférico», *Fontes da História de al-Andalus e do Gharb*, Lisboa: CEAA-IICT, 2000, pp. 117-140), passando toda a região entre o Douro e o Mondego a integrar o reino de Leão e Castela. Cerca de um século depois, aquando da conquista de Lisboa, em 1147, os Bispos do Porto e de Braga continuavam citando e evocando Isidoro nas suas exortações aos cruzados para os instigar à sua participação naquela empresa (*De Expugnacione Lyxbonensi: A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*, ed., trad. e notas de NASCIMENTO, Aires do., Lisboa: Ed.Vega, 2001, *passim*).

¹³ Já antes, em 1075, houve um momento que se poderia chamar de ‘pré-imperial’, quando Afonso VI, tendo mandado abrir a *arca santa* de Oviedo e proceder ao inventário das relíquias nela depositadas, foi intitulado de ‘*novo Salomão*’ (RUCQUOI, A., *ob.cit.*, p.161).

¹⁴ *Imperator totius Hispaniae* e *imperator super omnes Hispaniae nationes constitutus*, títulos que a chancelaria começou a usar relativamente a Afonso VI, depois da conquista de Toledo (1085) (v. RUCQUOI, A., *ob.cit.*, p.167). Sobre a questão ‘imperial’ na Hispânia do século XI, v. *ibidem* e SALRACH MARÉS, José Maria, “Feudalismo y expansión (siglos XI-XIII), in *Historia de España* (dir. A. Domínguez Ortiz), XII vols., Barcelona: Ed. Planeta, 1989, vol.III: *Al-Andalus: musulmanes y cristianos (siglos VIII-XIII)*, pp. 255-438, p. 315.

¹⁵ RUCQUOI, A., *ob.cit.*, p.173; SALRACH MARÉS, José Maria, *ob.cit.*, p.327.

talvez por, após a morte de Afonso VII, se ter dado novamente o desmembramento do reino.¹⁶

Fernando III, o rei santo, unificou nova e definitivamente o reino, em 1230, e possivelmente terá pensado em reassumir o título imperial, pois também ele foi um rei conquistador, dos que mais fizeram avançar as fronteiras em direcção a sul, mas acabou por não o fazer.

O facto de se ter casado com Beatriz de Suábia, uma princesa germânica da família imperial, prima-irmã do Imperador Frederico II, pode ser um indício de que a ideia de ‘império’, hispânico ou continental, ou ambos, não terá estado muito longe dos horizontes do Rei-Santo.¹⁷

Precisamente por ser filho daquele casal e portanto de uma princesa imperial, Afonso X, mais tarde, em 1254, por extinção da dinastia dos Hohenstaufen, a que sua mãe pertencia, acabou por candidatar-se ao trono do Sacro Império, sendo seu concorrente na mesma altura o príncipe inglês, Ricardo da Cornualha. Apesar de Afonso X ter sido reconhecido por alguns dos príncipes-eleitores, a eleição não foi conclusiva, tendo terminado empatada. O processo arrastou-se sem solução, e em 1273 acabou por vir a ser preterido em favor do primeiro Habsburgo que ocupou o trono imperial, Rodolfo I.¹⁸

Parece, pois, que Afonso X tentou, e quase conseguiu, levar a cabo aquilo que um seu descendente por linha feminina, Carlos V, acabou por conseguir, por força do destino, no início do século XVI: unir, pessoalmente, a Hispânia ao Sacro Império.¹⁹

¹⁶ *Idem*, pp. 172-173 e 251.

¹⁷ «(...) This should be understood in the light of Fernando's expressed desire, reported in Alfonso's *Setenario*, to assume the imperial title of the old Hispanic Empire, which had lapsed upon the death of Alfonso VII in 1157. The Hispanic imperial tradition considered the kings of Leon as heirs of the Visigoths and, as such, responsible for reconstituting their kingdom by the reconquest of the whole of Spain and also of North Africa, regarded as having once been part of the Visigothic realm. The goals that Fernando III set for his son therefore were clear: the completion of the reconquest of Spain and North Africa and, by implication, the assumption of the title of emperor of Spain (...).»,[O sublinhado é nosso] in O'CALLAGHAN, Joseph F., “*Image and Reality: The King Creates His Kingdom*”, Chapter Two of *Emperor of Culture*, Robert I. Burns, S.J. (dir.), (<http://libro.uca.edu/alfonso10/emperor>).

¹⁸ Sobre esta relação familiar entre os monarcas de Leão e Castela e os imperadores Hohenstaufen e a posterior campanha de Afonso X para suceder no Sacro Império aos seus parentes por linha feminina, *Idem*, p.178; KRUS, Luís, “Os Heróis da Reconquista...”, pp.138-142.

¹⁹ RUCQUOI, A., *ob.cit.*, p. 315.

2. A “laude” na Hispânia neo-goda

Este período, que engloba os séculos XIII a XV, subdividimo-lo em dois sub-períodos que não se encontram muito longe no tempo, mas sim na mentalidade.

Um primeiro, em que a tarefa historiográfica e ideológica da ‘Reconquista’ no período pós-Navas de Tolosa (1212)²⁰ se intensifica após 1230, quando Fernando III reuniu novamente os reinos de Leão e Castela.²¹ Por coincidência, sem dúvida significativa, foi após 1230 que surgiu este surto historiográfico que voltou a integrar a ‘*laude Spaniae*’ nos seus conteúdos.

Cremos, no entanto, que o impulso autêntico para a redacção daquelas obras tenha surgido após 1236, quando aquele mesmo monarca conquistou Córdoba²², a antiga capital dos califas de al-Andalus.

Os fatores conhecidos desta nova emergência cronística foram letrados eclesiásticos, próximos dos círculos do poder, nomeadamente Lucas de Tuy e Rodrigo Ximénez de Rada.²³

Quanto ao segundo período, posterior a 1252²⁴, talvez mais exactamente, posterior a 1254²⁵, nele se revelou a iniciativa laica, emanando directamente do monarca ou de alguns grandes senhores, nele se começou a reescrever o protagonismo histórico na Hispânia, num programa ideológico que claramente subalternizava o papel do sector eclesiástico, como intermediário e portador da sacralização dos monarcas e das actividades guerreiras da nobreza.

²⁰ DELORME, Jean, *Chronologie des Civilisations*, 3ª.ed., Paris, P.U.F., 1969, p. 204 ; RUCQUOI, A., *ob.cit.*, p. 177.

²¹ *Idem*, p. 328.

²² *Historia de España* (dir. DOMINGUEZ ORTIZ, A.), vol.III: *Al-Andalus: musulmanes y cristianos (siglos VIII-XIII)*, “Cuadro sincrónico”, pp. 584-589 (Conquista de Córdoba: p. 588); KRUS, Luís, “Os Heróis da Reconquista...”, p. 130.

²³ Aqueles dois letrados funcionaram como ‘filtros’ de Isidoro para as empresas de Afonso X, cujas equipas não tiveram acesso directo à obra do Hispalense, v. DÍAZ Y DÍAZ, M., “Isidoro en la Edad Media Hispana”, p.197.

²⁴ Quando Afonso X sucedeu a seu pai, Fernando III, no trono de Leão e Castela (*ibidem*).

²⁵ Quando, após a morte de Conrado IV, último soberano germânico dos Hohenstaufen, o trono do Sacro Império ficou vago e os príncipes da Cristandade puderam apresentar as suas candidaturas ao mesmo trono. Afonso X foi um dos candidatos, e os seus empreendimentos historiográficos foram também obras de propaganda da sua condição ‘privilegiada’ enquanto monarca desta terra hispânica, abençoada desde sempre pela divindade (KRUS, Luís, “Os Heróis da Reconquista...”, pp.138-142).

A esta nova concepção ideológica da história estão ligados, entre outros, os nomes de Afonso X, João Manuel de Vilhena, João Peres de Aboim, Pero Anes de Portel e Pedro Afonso de Barcelos. Os dois primeiros são respectivamente o Rei-Sábio, monarca de Leão e Castela; e o seu sobrinho e grande senhor de Vilhena e Escalona. Os últimos três são portugueses, respectivamente os Senhores de Portel, e o terceiro um filho bastardo do rei D. Dinis e genro de Pero Anes de Portel.

Se Afonso X estava ainda ligado a uma concepção mais ‘isidoriana’ da ‘*laude*’, herdada de Rada, nas obras ligadas aos portugueses, chamadas respectivamente *Livro de Rasis* ou *Crónica do Mouro Rasis* e *Crónica Geral de Espanha de 1344* ou *Segunda Crónica Geral de Espanha*, a formulação laudatória assenta maioritariamente na construção que a cultura hispano-árabe criara, e em que se aliavam, como já vimos atrás, de forma evidente, o louvor e o pragmatismo administrativo.²⁶

Após o surgimento da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, da responsabilidade de Pedro Afonso de Barcelos, foi esta última formulação laudatória de origem hispano-árabe a que passou a predominar na cronística, sobretudo na castelhana e na portuguesa.

2.1. A Literatura eclesiástica latina

Em Lucas de Tuy e em Rodrigo Ximénez de Rada a historiografia já se apresenta em mudança, pois o seu nível de evolução já permitia que se detectassem características cada vez mais evidentes de “história do reino”, e muito menos de uma “história universal”.

Integraram ainda nas suas obras informações que obtiveram não apenas em textos historiográficos, entre os quais alguns com proveniência cultural moçárabe e / ou mesmo árabe, neste último caso especialmente o Arcebispo de Toledo.

²⁶ Já Diego Catalán dissera que «al-Râzî (...) transformo el “*Laus Hispanae*” en una detenida descripción de los términos, montes y ríos de ese solar cuya historia va a escribir» (*Crónica del Moro Rasis (CMR)*, ed. CATALÁN, Diego e ANDRES, Maria Soledad de, Madrid, Gredos, 1975, p. XXX), e foi esse texto que passou para todas aquelas Crónicas, com a ressalva de que na segunda redacção da *C1344*, a que foi realizada em 1400, foi incorporada uma ‘*laude*’ copiada da *PCG* de Afonso X (cf. CINTRA, L.F. Lindley, *Crónica Geral de Espanha de 1344 (C1344)*, III vols., Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1951-1961, vol. I, p. XXXVII; vol. II, pp. 39-42).

Do ponto de vista ideológico, Lucas terá estado mais próximo de uma concepção leonesa da monarquia, enquanto Rada se empenhou em ‘castelhanizar’ a herança historiográfica asturo-leonesa.²⁷ As suas obras ainda foram redigidas em latim.

2.1.1. Lucas de Tuy (Leão?, 1195?-Tuy, 1249?)

Não se conhecendo com precisão as datas do seu nascimento e da sua morte, estima-se que esta terá ocorrido cerca de 1249, em Tuy, onde ocupava a sede episcopal. Em função daquela data poder-se-lhe-á atribuir o nascimento para meados da década de 90 do século XII, eventualmente em Leão.

Eclesiástico, terá gozado de proximidade relativamente aos cónegos regantes de St^o. Isidoro, de Leão, entre 1220 e 1230. É possível que tenha mesmo integrado aquela comunidade eclesiástica, embora se desconheçam documentos que tal comprovem.

Sabe-se, pelo contrário, que viajou. Esteve em França, visitou Roma e teria mesmo ido a Constantinopla e Jerusalém.

Em 1239 foi feito Bispo de Tuy, onde se manteve até à sua morte, dez anos mais tarde.

Também não há certezas relativamente ao início do seu labor como escritor, nomeadamente no relativo à sua obra maior, *Chronicon Mundi*, a qual foi composta a pedido da rainha Berengária, mãe de Fernando III.²⁸

²⁷ ORCÁSTEGUI, Carmen, e SARASA, Esteban, *La Historia en la Edad Media. Historiografía e historiadores en Europa Occidental: siglos V-XIII*, Madrid, Cátedra, 1991, p. 227.

²⁸ LUCAS DE TUY, *Chronicon Mundi*, ed. PUYOL, J.: *Crónica de España por Lucas, obispo de Tuy*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1926. Sobre a obra e o autor v. ainda, HENRIET, Patrick, «*Sanctissima patria*. Points et thèmes communs aux trois œuvres de Lucas de Tuy», in «Chroniqueur, hagiographe, théologien : Lucas de Tuy (1249) dans ses œuvres» (dir. P. HENRIET), Sorbonne-Collège d'Espagne, Paris, *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales* 24 (2001), pp.249-278, p.253; FALQUE, Emma, «Una edición crítica del *Chronicon mundi* de Lucas de Tuy», in «Chroniqueur, hagiographe, théologien : Lucas de Tuy (1249) dans ses œuvres» (dir. HENRIET, P.), Sorbonne-Collège d'Espagne, Paris, *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales* 24 (2001), pp. 219-233; MITRE FERNÁNDEZ, Emilio, “¿Un sentimiento de Comunidad Hispánica? La Historiografía Peninsular”, *HE-MP*, t. XVI : *Época Gótica (c.1220-c.1480)*, Madrid, Espasa-Calpe, 1994, pp. 407-434, pp. 411-412; B. SANCHÉZ ALONSO, *La Historia de la historiografía...*, pp. 129-134; SALRACH MARÉS, J.M., *ob.cit.*, p. 431; ORCÁSTEGUI, Carmen e SARASA, Estéban, *ibidem*.

Se não a compôs já durante a sua estadia em Tuy, tê-la-á composto durante a segunda metade da década de 30, depois das suas viagens.²⁹ Seguramente será posterior a 1236, pois refere a conquista de Córdova.³⁰

Lucas de Tuy propôs-se continuar a obra historiográfica de Isidoro de Sevilha, seu mentor, seu guia e sua referência³¹, ao mesmo tempo em que procurou exaltar a monarquia asturo-leoneso-castelhana como continuadora da realeza visigoda.³²

O *Chronicon Mundi* é uma obra de transição entre a história universal e a história geral da Hispânia, talvez a última que ainda manteve uma introdução de tipo universal.³³ É ela mesma uma composição que precede e prepara a de Rada.

Estilisticamente é um autor de discurso simples e sem ornatos. Tem, entre as inovações que introduziu, o facto de se valer do ‘maravilhoso lendário’ que obteve a partir de textos poéticos.³⁴ Entre as fontes que serviram a Lucas para a elaboração da sua obra, para além da sua referência de base que foi a *Chronica* de Isidoro³⁵, usou ainda Julião de Toledo, em cujo trabalho foram enxertadas outras componentes como a *Divisão de Wamba* e a *Historia Silense*.³⁶

A estrutura da obra segue um esquema muito semelhante ao que já se encontrava na *Crónica Albeldense*, embora a obra de Lucas seja mais organizada do que aquela, e é também idêntica ao que se encontra na *Crónica Pseudo-Isidoriana*.³⁷ Não colocando a Hispânia num tempo para trás do período romano, nem tendo procurado na antiguidade pré-romana alguns tópicos favoráveis a esta terra, inseriu logo no início da sua obra uma ‘*laudè*’, muito

²⁹ RUCQUOI, A. colocou a composição do *Chronicon Mundi* «por volta de 1230» (*Ob.cit.*, p. 261), seguramente impossível entre 1230 e 1232 e muito menos antes de 1230. Dizemos que não poderia ser anterior a 1232 porque no Prólogo daquela sua obra refere o franciscano António de Lisboa, (v. Patrick HENRIET, *ob.cit.*, p.253, n.21).o qual fora canonizado precisamente em 1232 (*idem*, p. 259).

³⁰ V. supra n. 19.

³¹ HENRIET, Patrick, *ob. cit.*, p.254, n.29.

³² *Idem*, p. 257.

³³ CARLOS VILLAMARÍN, Helena de, *Las Antigüedades de Hispania*, Spoleto, 1996, p. 271.

³⁴ DÍAZ Y DÍAZ, M., “Isidoro en la Edad Media Hispana”, p.197. Bernard GUENÉE, *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*, Paris : Aubier, 1980, p. 83.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ CARLOS VILLAMARÍN, Helena de, *ob.cit.*, p. 272.

³⁷ *Idem*, pp. 222 e 272.

provavelmente seguindo o seu modelo isidoriano, e a que chamou *De excellentia Hispaniae*.³⁸

Além das habituais referências à situação geográfica, ao clima e às benesses materiais, Lucas de Tuy desenvolveu especialmente o tópico relativo aos filhos ilustres da Hispânia.

Em Lucas a Hispânia já não é apenas uma ‘Mãe de Imperadores’, como a tinham identificado na Antiguidade, ela é a progenitora de hispânicos de carácter universal, monarcas ou não. O autor divide-os em pagãos e cristãos, e se no primeiro grupo surgem os inevitáveis imperadores Nerva e Trajano, além de letrados como Séneca e Lucano, no segundo surgem, além do imperador Teodósio, todos os mártires e santos que conseguiu referir, encabeçados pelo Apóstolo S. Tiago³⁹, mas onde refere também hispânicos seus contemporâneos a quem fora reconhecida a santidade, a alguns mesmo muito recentemente, atendendo à data da composição da obra, como Domingos de Gusmão, fundador dos Dominicanos ou Pregadores; António de Lisboa, o segundo santo franciscano, logo após Francisco de Assis, Domingos de Silos, cluniacense, e Martinho de Leão, teólogo.⁴⁰

Outro aspecto original em Lucas é o facto de não procurar associar o nome da Hispânia a nenhum herói mítico de um passado distante e mais ou menos nebuloso, antes tenta justificá-lo através de uma exposição de carácter etimológico.⁴¹

Foi um recuperador das temáticas que já tinham interessado Isidoro de Sevilha e foi um incentivador do culto do santo bispo hispalense, o qual fora alcandorado a novo patrono da Hispânia e natural e obrigatoriamente correlacionado com a ‘reconquista’.⁴² Culto este que já vinha desde meados do século XI, que se iniciara com a trasladação dos restos mortais de Isidoro de Sevilha desta última cidade para Leão, em 1063, e que estava, desde o seu início, ligado à própria família real (ou imperial), das Hispânias⁴³ porque,

³⁸ *Idem*, p.274.

³⁹ *Idem*, p. 275.

⁴⁰ HENRIET, P., *ob.cit.*, p. 259.

⁴¹ HENRIET, P., *ob.cit.*, p. 260; CARLOS VILLAMARÍN, Helena de, *ob.cit.*, pp.276-8.

⁴² V. *supra* n.10.

⁴³ O facto de estarem sepultados na mesma catedral os reis asturo-leonêses e também o santo Bispo de Sevilha, consubstanciava as devoções (L.KRUS, “Tempo de Godos e Tempo de Mouros. As memórias da Reconquista”, p.124). Não esqueçamos que aqueles se apresentavam como os herdeiros dos monarcas visigodos, e que Isidoro fora tio materno de Hermenegildo, o primeiro rei católico romano na Hispânia (v. A.REI, “O *Louvor da*

quando Lucas compunha a sua obra já estavam novamente reunidos Leão e Castela.

2.1.2. Rodrigo Ximénez de Rada (Puente la Reina [Navarra], 1170-Toledo, 1247)

Nasceu em Puente de la Reina, em Navarra, em 1170.⁴⁴ Fez os seus estudos em Bolonha e Paris, e já era conselheiro de Afonso VIII de Castela antes da famosa batalha de Navas de Tolosa, ocorrida em 1212.⁴⁵ Foi um político influente na Hispânia da primeira metade do século XIII, em especial no reino de Castela, e após 1230, no reino reunificado de Leão e Castela, pois foi homem próximo quer de Afonso VIII⁴⁶, quer de seu sobrinho e sucessor, Fernando III, pois foi chanceler-mor de ambos.⁴⁷

Eclesiástico, teve um prestigioso *cursus honorum*, pois tendo sido Bispo de Osma em 1207, acabou, alguns meses mais tarde, finalmente, por chegar a Arcebispo de Toledo.⁴⁸

Participou ainda no IV Concílio de Latrão (1215), onde defendeu a condição primacial da diocese de Toledo no conjunto da Hispânia.⁴⁹ Faleceu em 10 de Junho de 1247.⁵⁰

Foi também um letrado de grande craveira intelectual, pertencendo já a uma nova concepção de clérigo, não circunscrito aos muros de um mosteiro e a uma visão limitada da condição eclesiástica e da de letrado.⁵¹

Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval. Das suas origens discursivas ao Apartado Geográfico da Crónica de 1344?, Tese de Doutoramento, FCSH – UNL, 2007, 1.II.3 e infra 1.II.7).

⁴⁴ RODERICI XIMENII DE RADA, *Historia de Rebus Hispaniae sive Historia Gothica*, ed. e estudo de FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan, Turnholt: Brepols Ed., 1987, “Rodrigo Jiménez de Rada”, pp. IX-X; MITRE FERNÁNDEZ, Emilio, “Un Sentimiento de Comunidad Hispánica ? La Historiografía Peninsular”, *Historia de España - Ramón Menéndez Pidal - XVI: Época Gótica (c.1220-c.1480)*, Madrid: Espasa-Calpe, 1988, pp.409-438, p. 412.

⁴⁵ FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan (ed.), *idem*; ORCÁSTEGUI, Carmen e SARASA, Estéban, *ob. cit.*, p.227.

⁴⁶ FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan (ed.), *idem*; ORCÁSTEGUI, Carmen e SARASA, Estéban, *ob. cit.*, p.227; MITRE FERNÁNDEZ, Emilio, *ob.cit.*, p. 412.

⁴⁷ FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan (ed.), *idem*; RUCQUOI, A., *ob.cit.*, p. 268; MITRE FERNÁNDEZ, Emilio, *ibidem*.

⁴⁸ FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan (ed.), *idem*; ORCÁSTEGUI, Carmen e SARASA, Esteban, *ob. cit.*, p.227.

⁴⁹ MITRE FERNÁNDEZ, Emilio, *ob.cit.*, p. 412.

⁵⁰ FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan (ed.), p. X; MITRE FERNÁNDEZ, Emilio, *ibidem*; SANCHÉZ ALONSO, Benito, *La Historia de la historiografía...*, pp. 129-134 ;

Foi também, de alguma forma, um dos ideólogos daqueles monarcas com quem privou, tendo dado forma, nos seus escritos, a uma visão ‘providencial’ da monarquia asturo-leoneso-castelhana, em que esta, herdeira da monarquia visigótica, deveria ser a protagonista da reunificação da Hispânia sob um único ceptro.⁵² A sua concepção do poder e do protagonismo que a monarquia reunificada deveria exercer veio a dar corpo à sua actividade de historiador.

Da mesma geração de Lucas de Tuy, Rada estava, no entanto, mais evoluído historiograficamente que aquele, pois veio a plasmar na sua obra *De rebus hispaniae* a primeira ‘história do reino’ que surgiu nestas paragens, já sem pretensão de ser uma história de âmbito universal, e que constituiu o modelo-base depois desenvolvido por Afonso X.

As fontes latinas utilizadas por Rada foram de uma forma geral as mesmas que Lucas também usara: Isidoro, Idácio, Julião de Toledo e Orósio⁵³, além de outras crónicas já anteriormente compostas, como a *CM 754* e a *Crónica* de Idácio.⁵⁴ Mas o que Rada trouxe de inovador foi a utilização directa de fontes de autores hispano-árabes e já não apenas a utilização de autores moçárabes.⁵⁵ Também neste aspecto da utilização directa de fontes de autores hispano-árabes, Afonso X acabou por seguir as pisadas de Rada.

O arcebispo de Toledo integrou na sua obra quer a exaltação ou ‘*laude*’ da Hispânia, quer o lamento ou ‘dolo’, a que chamou ‘*deploratio*’, embora a parte panegírica surja também ela inserida num capítulo onde predomina um

⁵¹Sobre a alteração do papel e do estatuto do letrado medieval antes e depois do ressurgimento urbano, v. o clássico de LE GOFF, Jacques, *Os Intelectuais na Idade Média*, Lisboa: Gradiva, s.d.; e para o contexto ibérico, SANTIAGO-OTERO, Horacio, *La Cultura en la Edad Media Hispana (1100-1470)*, Lisboa: Colibri, 1996.

⁵²RUCQUOI, A., *ob.cit.*, p.262. Ver ainda infra 1.II.8. Sendo Rada um homem influente na monarquia castelhana, atrevemo-nos mesmo a aventar que ele poderá ter tido um papel não despidendo em todo o processo relativo à sucessão de Afonso VIII, de forma a que a mesma se pudesse encaminhar para a reunificação do ‘espaço imperial’ de Afonso VI, fazendo recair a coroa vacante em Fernando, simultaneamente sobrinho de Afonso VIII de Castela e filho de Afonso IX de Leão. Essa desejada reunificação acabou por vir a acontecer em 1230.

⁵³DÍAZ Y DÍAZ, M., “Isidoro en la Edad Media Hispana”, pp.197-198; A.RUCQUOI, *ob.cit.*, p.262.

⁵⁴HARTMANN, Carmen C. (ed.), *ob.cit.*, pp. 48 e 86.

⁵⁵Ele mesmo poderia ter tido conhecimento do idioma árabe, o que lhe facilitaria o trabalho (ORCASTEGUI, Carmen, e SARASA, Esteban, *ob. cit.*, p.228).

explícito tom lamentoso.⁵⁶ Procuraria assim, juntando ambos os discursos e privilegiando o aspecto doloroso, potenciar o seu próprio discurso, fazendo dele um apelo à ‘redenção’ final da Hispânia através da ‘reconquista’, sob o comando do monarca de Leão e Castela, herdeiro dos reis visigodos de Toledo.⁵⁷ Teve Rodrigo de Rada a felicidade de ser testemunha do grande avanço que os exércitos cristãos protagonizaram na primeira metade do século XIII, entre 1212, ano da batalha de Navas de Tolosa, e 1248, ano da conquista de Sevilha, que o prelado já não teve a possibilidade de presenciar.

Tendo morrido já quando tudo se encaminhava para a tomada de Sevilha, terá falecido convencido de que a ‘reconquista’ final da Península estaria por pouco tempo, e de que a Providência lhe dera o privilégio de ser um dos autores / actores que tinham contribuído, através da escrita, qual espada, para aquela mesma expansão.

2.2. A Literatura laica romance

Homens como o rei Afonso X de Leão e Castela, ou magnates como João Manuel de Vilhena, sobrinho daquele Rei-Sábio, em Castela, João Peres de Aboim, mordomo-mor de Afonso III de Portugal, e seu filho Pêro Anes de Portel ou ainda Pedro Afonso de Barcelos, genro deste último e filho de D. Dinis, em Portugal, todos eles ficaram para sempre ligados à nova produção historiográfica.⁵⁸

Principalmente pela prevalência do modelo historiográfico ‘afonsino’, estabelecido e desenvolvido por aquele monarca, e que os demais acabaram por seguir, quer na estruturação textual, quer na metodologia de trabalho.

⁵⁶ Num relato onde predomina a tristeza e o pesar, entre as páginas 104 e 109, a parte laudatória ocupa apenas as páginas 105 e 106, surgindo inserida do conjunto anterior (v. RODERICI XIMENII DE RADA, *Historia de Rebus Hispaniae sive Historia Gothica*, ed. e estudo FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan, Turnholt: Ed. Brepols, 1987, “Rodrigo Jiménez de Rada”, *ibidem*).

⁵⁷ Aquela formulação ‘laude + dolo’, já vinha desde a *Crónica Moçárabe de 754*, que desde o início da presença islâmica na Hispânia adoptara aquela forma discursiva até então desconhecida, e emocionalmente mais poderosa (sobre esta questão, remetemos para REI, A., “Da Crónica Moçárabe de 754 à Crónica General de Afonso X: a laude e o dolo, cimentos do discurso da Reconquista”, in *Actas dos II e III Colóquios Internacionais sobre Fontes Não Árabes sobre a Conquista Árabe*, Universidade de Granada / Universidade de Alcalá de Henares, Dezembro 2009 / Junho 2010, no prelo).

⁵⁸ As identificações de todos estes autores laicos, nobres e poderosos, dos séculos XIII e XIV, em caso de ser necessária, atendendo a quem se trata, v. *infra*.

Os seus escritos relacionam-se de duas maneiras com o poder político da época, dependendo se os autores são os próprios monarcas ou os grandes senhores. No caso de Afonso X, na sua qualidade de rei-imperador, as suas obras servem como instrumentos preferenciais para a divulgação dos princípios e dos símbolos do poder monárquico. Portanto, a produção historiográfica levada a cabo sob a orientação pessoal daquele monarca, está, naturalmente, eivada de uma evidente conotação ideológica.⁵⁹

No caso dos demais grandes senhores, encontramos, um discurso totalmente diferente: a defesa do papel primordial da nobreza e da sua ética de cavalaria, os quais se tinham forjado na acção da ‘reconquista’. Estes autores exaltavam aquela aristocracia cuja acção guerreira antecederia, nalguns casos, a dos próprios monarcas. Eram eles os verdadeiros senhores da guerra, situados nas zonas de fronteira, os que tinham de defender as fronteiras e a unidade do reino; ao contrário dos reis, que estavam na retaguarda e portanto sem uma acção guerreira directa e quase constante.⁶⁰

Estas duas concepções dos papéis do rei e da nobreza reflectiram os conflitos que tiveram lugar entre os nobres e os seus monarcas, quer em Leão e Castela quer em Portugal. No primeiro caso durante os reinados de Afonso X e dos seus sucessores imediatos, Sancho IV e Fernando IV, estes dois em reinados curtos e conflituosos, e em que a situação de instabilidade se prolongou durante a menoridade de Afonso XI. Em Portugal, durante o reinado de D. Dinis, principalmente na fase final do mesmo.

Foi um período de cerca de meio século, entre 1275 e 1325, em que as monarquias tremeram, mas acabaram, no final, por saírem reforçadas no seu poder.⁶¹

⁵⁹ Sobre a mais famosa obra de Afonso X, a *Primeira Crónica Geral de Espanha*, mas também relativamente aos substratos ideológicos do discurso nela presente, v. KRUS, Luís, “Os Heróis da Reconquista e a Realeza Sagrada Medieval Peninsular: Afonso X e a *Primeira Crónica Geral de Espanha*” in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa*, Redondo: Patrimonia, 1994, pp. 129-142, em especial as pp. 140-141 e ns. 26 e 28.

⁶⁰ A ideologia da grande nobreza hispânica, entre os finais do século XIII e os finais do século XIV, foi superiormente tratada por KRUS, Luís, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, Lisboa, FCG/JNICT, 1994.

⁶¹ Sobre a crise que teve lugar em Castela e Leão, desde a revolta do infante Sancho, futuro Sancho IV, contra seu pai Afonso X, iniciada em 1275, até à maioridade de Afonso XI, atingida em 1325, v. RUCQUOI, A., ob.cit., pp. 175-180. Sobre a crise entre a monarquia e os grandes infantes em Portugal, que atingiu o seu pico máximo de intensidade entre 1317 e 1324, v. MATTOSO, José, “A Guerra Civil de 1319-1324”, in *Portugal Medieval. Novas interpretações*, Lisboa: IN-CM, 1984, pp. 293-308.

Além das questões discursivas e ideológicas que ocuparam estes autores, membros da alta nobreza e da própria realeza, e portanto letrados laicos, houve um outro novo elemento que eles introduziram no cenário cultural hispânico e que acabou sendo decisivo no aspecto instrumental e também no aspecto simbólico: a grafia dos seus textos em língua vernácula, tendo os autores em causa utilizado, pelo menos, dois dos romances falados na Península - o galaico-português e o castelhano -, com o abandono definitivo do latim⁶² enquanto idioma da política e da cultura do poder.

2.2.1. Afonso X, o Sábio – Rei de Leão e Castela (1221-1284)

Rei de Leão e Castela (1252-1284) e candidato ao trono do Sacro Império, entre 1254 e 1275, ainda se assumiu como ‘Rei dos Romanos’. Filho de Fernando III de Leão e Castela, e de Beatriz de Suábia, descendia por sua mãe da Casa de Hohenstaufen, então dinastia reinante no Sacro Império, e que precisamente se veio a extinguir no ano de 1254.

Enquanto rei de Leão e Castela dotou aquela monarquia de todo um instrumental jurídico, cultural e simbólico que se tornou referência nos processos que conduziram à centralização régia nos demais reinos da península hispânica, mas cuja influência se detecta também fora dela, um pouco por toda a Europa Ocidental.⁶³

Na herança cultural e simbólica que Afonso X reteve do passado e legou à posteridade, desempenhou um papel muito importante a historiografia. A *Primera Crónica General* não procurou focalizar-se em povos e em histórias-los relacionando-os com a Hispânia. Este modelo vinha desde Isidoro, que procurou escrever uma história dos Godos, desde a sua origem até à sua presença na Hispânia, sendo o modelo em questão seguido nos séculos posteriores. O último autor dessa linha historiográfica tinha sido precisamente Rada.

O objectivo de Afonso X foi o de historiar a Hispânia e os diferentes povos e culturas que aí estiveram ao longo dos tempos, todos entendidos como parte

⁶² SANTIAGO-OTERO, Horácio, *ob.cit.*, p. 31.

⁶³ “Alfonso X, el Sábio”, *Enciclopèdia Universal Ilustrada Espasa-Calpe*, Barcelona: Hijos de J. Espasa, EA, 1926 t. IV, pp. 592-599; KRUS, Luís, “Os heróis da reconquista e a realeza sagrada medieval peninsular: Afonso X e a *Primeira Crónica Geral de Espanha*”, in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo: Patrimonia, 1994, pp. 129-142; MACHADO, José Pedro, “Afonso X, o Sábio, poeta e tradutor”, *Ensaio Histórico-Linguístico*, Lisboa: Ed. Notícias, 1996, pp.85-125; SANCHÉZ ALONSO, Benito, *La Historia de la historiografía...*, pp. 213-218.

da história desta terra, afastando-se assim do modelo ‘isidoriano’ e adotando um modelo que, se era inovador na historiografia peninsular cristã, não o era para a historiografia peninsular no seu todo, pois o mesmo já tinha sido posto em prática pela historiografia califal do século X, e onde sobressai, inevitavelmente, o nome *al-Rāzī*.⁶⁴

Através daquela obra o imperador-rei procurou construir a imagem de uma Hispânia encabeçada por Leão e Castela e onde todos os demais reinos e grandes senhores da nobreza guerreira deveriam concorrer na concretização de dois desideratos, os quais, provindo da matriz da monarquia visigoda (referência mítica do poder e do *imperium* na Hispânia), se uniam de forma intrínseca: terminar a ‘Reconquista’ reunificando a Hispânia.⁶⁵

Também Afonso X integrou na sua *Primera Cronica General* os dois elementos da *laude* e do *dolo*, textualmente muito semelhantes, embora neste caso em romance, aos que figuram na obra de Rodrigo Ximénez de Rada, então ainda em latim.⁶⁶

Embora Afonso X e seu pai Fernando III tivessem ampliado imenso os limites do reino de Leão e Castela, ainda a ‘Reconquista’ não estava terminada, e, sob o comando régio, havia que concluir aquela empresa. Para tal, o acicate da ‘laude’ e do ‘dolo’ continuava a fazer-se necessário.

A partir do momento em que foi dado início à empresa que compilou a *Primera Cronica General* pode considerar-se que a cronística hispânica (e ‘hispânica’ porque se fez sentir nos diferentes reinos peninsulares), passou a adoptar, em linhas gerais, os modelos e o ideário afonsinos.⁶⁷

⁶⁴ Sobre as inovações formais, textuais e conceptuais ocorridas nas obras historiográficas de Afonso X, v. CATALÁN, Diego, *La Estoria de España de Alfonso X. Creación y evolución.*, Seminário Menendez Pidal - Univ. Complutense de Madrid / Ed. Gredos, 1992, pp.28-31.

⁶⁵ KRUS, Luís, “Os heróis da reconquista e a realeza sagrada medieval peninsular: Afonso X e a *Primeira Crónica Geral de Espanha*”, *passim*; e RUCQUOI, *ob.cit.*, pp.215-216.

⁶⁶ RADA, *De Rebus Hispaniae* (ed. VALVERDE), pp.104-109; e AFONSO X, *Primera Crónica General (PCG)*, (ed. MENÉNDEZ PIDAL, Ramón), II ts., Madrid: Ed. Gredos, 1977, pp.310-314.

⁶⁷ KRUS, Luís, “Os heróis da reconquista e a realeza sagrada medieval peninsular: Afonso X e a *Primeira Crónica Geral de Espanha*”, p. 129. A *Primera Crónica General* pela sua importância, terá sido também traduzida para árabe (v. MARAVALL, José António, *El concepto de España en la Edad Media*, Madrid: C.E.C., 1997, p. 36, n. 49).

2.2.2. D. João Manuel, Senhor de Vilhena (Escalona, 1282-Córdova, 1349)

Letrado, guerreiro e grande senhor, filho do Infante D. Manuel, neto do rei São Fernando e sobrinho de Afonso X, nasceu em Escalona, Toledo, em Maio de 1282. Foi educado na Corte de seu primo, Sancho IV, filho de Afonso X. Em 1294 recebeu o cargo de Adiantado de Murcia e aos catorze anos serviu o rei contra os mouros de Granada. Em 1304, a rainha-mãe D. Maria de Molina confiou-lhe as negociações políticas com Jaime II de Aragão, em nome de seu filho, Fernando IV, ainda menor de idade. Tendo tido grande êxito na sua tarefa, o seu prestígio aumentou e acabou casando com Constança, filha de Jaime II. Com a morte de Fernando IV, em 1312, a regência do reino ficou para a rainha-avó Maria de Molina, juntamente com dois infantes, D. João e D. Pedro, até que estes morreram em 1319.

Só depois da morte daquela rainha, é que D. João Manuel foi o protector do menino-rei Afonso XI, e regente de Castela, entre 1321 e 1325. Em 1325 Afonso XI assumiu o governo do reino e casou com uma filha D. João Manuel, Constança. O repúdio daquela fez com que se o Senhor de Vilhena se levantasse em armas contra Afonso XI.

Aquela mesma Constança Manuel acabou, mais tarde, por casar com o infante D. Pedro de Portugal, pelo que D. João Manuel foi avô materno do rei português D. Fernando.

Circunstâncias várias fizeram com que o clima de conflito entre D. João Manuel e o rei Afonso XI só se tivesse aquietado em 1338. O senhor de Vilhena tomou parte, junto com o monarca, na Batalha do Salado (1340) e no cerco de Algeciras (1344).

Em 1345 deixou todos os seus cargos e retirou-se para um convento em Córdova, onde se passou a dedicar à literatura e aos exercícios espirituais. Morreu pacificamente na primeira metade de 1349, em Córdova.⁶⁸

⁶⁸ Sobre a vida de D. João Manuel, Senhor de Vilhena, v. CATALÁN, Diego, “Don Juan Manuel ante el modelo alfonsí. El testimonio de la *Crónica Abreviada*”, in *La Estoria de España de Alfonso X. Creación y evolución*, Univ. Complutense de Madrid, 1992, pp.197-229; “Juan Manuel (El Infante Don)”, *Enciclopèdia Universal Ilustrada Espasa-Calpe*, Barcelona, Hijos de J. Espasa, EA, 1926 t. XXVIII (2ª parte), pp. 3015-3016; VICENTE-PEDRAZ, Miguel, “Don Juan Manuel”, Universidad de León, dmpmvp@unileon.es; “MANUEL. Geneal.”, *Grande Enciclopèdia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro: Ed. Enciclopèdica, 1929 ss. , vol.16, pp. 156-157; SANCHEZ ALONSO, B., *La Historia de la historiografia...*, pp. 219-220.

Grande letrado, dedicou-se a obras de cariz ético e filosófico⁶⁹, tendo começado a sua actividade literária por volta de 1320.⁷⁰ Para o nosso propósito interessam-nos sobretudo as suas contribuições para a historiografia. As mais conhecidas, e possivelmente as suas únicas obras historiográficas, são a *Crónica Abreviada*, epítome da *Primera Crónica General*, esta que fora iniciada por seu tio Afonso X, o Sábio, e terminada já no reinado de seu primo Sancho IV, o Bravo, e também a *Crónica Complida*.⁷¹

A mais conhecida, talvez porque aquela última é dada como perdida, é a *Abreviada*. Talvez o nome daquela seja, porque mais extensa, uma forma de a distinguir da anterior, de carácter resumido. Desconhece-se também se a *Complida* se relacionaria com a *Primera Crónica General*, ou se se trataria de uma obra autónoma. Estamos em crer que a *Crónica Complida* poderia ser a tradução castelhana que o Senhor de Vilhena fizera da *C1344*.⁷² Terá tido contactos pessoais com D. Pedro Afonso durante o exílio deste em Castela entre 1317 e 1322, e estamos em crer que D. João Manuel poderá ter tido um papel importante no que ao ‘*Livro de Rasis*’ ou ‘*Crónica do Mouro Rasis*’ diz respeito.

⁶⁹ Os títulos conhecidos do punho de D. João Manuel, onde predomina uma preocupação ética e filosófica, são: *Libro de los sabios*; *Libro de la cavalleria*; *Libro del cavallero et del escudero*; *Libro del infante* (ou de *los Estados* ou ainda de *las Leyes*); *Libro de los engennos*; *Libro de la caza*; *Libro de las cantigas*; *Libro de los exiemplos* (ou *del conde de Lucanor*); *Libro de las tres preguntas é razones de su linaje*; *Libro de los castigos et consejos*; *Libro de las reglas como se deuen trovar las Cantigas* e *Libro sobre la fe*. Alguns deles perderam-se. (v. “Juan Manuel (El Infante Don)”, *Enciclopèdia Universal Ilustrada Espasa-Calpe*, Barcelona, Hijos de J. Espasa, EA, 1926 t. XXVIII (2ª parte), pp. 3015-3016.

⁷⁰ CATALÁN, Diego, “Don Juan Manuel ante el modelo alfonsí...”, p. 197

⁷¹ CATALÁN, Diego, “Don Juan Manuel ante el modelo alfonsí. El testimonio de la *Crónica Abreviada*”, in *La Estoria de España de Alfonso X. Creación y evolución*, Univ. Complutense de Madrid, 1992, pp.197-229; “Juan Manuel (El Infante Don)”, *Enciclopèdia Universal Ilustrada Espasa-Calpe*, Barcelona, Hijos de J. Espasa, EA, 1926 t. XXVIII (2ª parte), pp. 3015-3016. A própria *Crónica Abreviada* foi retocada a partir da *C1344*, (semelhanças textuais entre a *Cronica Abreviada* e a *C1344* foram detectadas por D. G. PATTISON, “Juan Manuel’s *Crónica Abreviada* and Alphonsine Historiography, in *Medivm Ævum*, 2 (1992), pp. 242-249) o que nos indicia o conhecimento profundo desta última por parte de D. João Manuel, entre 1344, quando foi terminada por D. Pedro, e 1349, quando o Senhor de Vilhena veio a falecer. Não parece haver dúvida de que D. João Manuel era a pessoa mais bem colocada para ter levado a cabo a tradução da *C1344* para castelhano.

⁷² Sobre esta questão remetemos para a nota supra. Curiosamente já no século XIX Amador de los Ríos aventara esta possibilidade, embora tenha sido considerada como uma ‘desorientação’ (c. CATALÁN, Diego, “Don Juan Manuel ante el modelo alfonsí. El testimonio de la *Crónica Abreviada*”, p. 198, n. 11).

As relações de D. João Manuel com D. Pedro Afonso e com aquela última obra, aprofundá-mo-las no estudo prévio que fizemos à edição crítica do ms. LV.⁷³

2.2.3. João Peres de Aboim da Nóbrega (c. 1213-Portel, 1282) e Pero Anes de Portel (c. 1246-Santarém, 1312/4?)

Originário da baixa nobreza, João Peres de Aboim foi elevado ao mais alto estrato político e social pela mão do seu protector, o rei Afonso III de Portugal.⁷⁴

Não pretendemos aqui alargar-nos sobre esta figura, bem como sobre a de seu filho, Pero Anes de Portel, excepto naquilo que se relaciona com a tenência do Algarve, de que ambos foram titulares, ocorrida entre 1263 e 1267, durante o impasse relativo à integração daquele espaço no reino de Portugal ou no de Leão e Castela.⁷⁵

⁷³ REI, A., “O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval. Das suas origens discursivas ao Apartado Geográfico da Crónica de 1344”, Tese de Doutoramento, FCSH – UNL, 2007. A edição crítica do ms. LV ocupa as pp. 323-382; e o estudo prévio, as pp. 299-321.

⁷⁴ Sobre este poderoso privado do Rei Bolonhês e sua descendência, v. *O Livro dos Bens de D. João de Portel. Cartulário do século XIII* (ed. AZEVEDO, Pedro de, com ‘Notícia histórica’ de FREIRE, Anselmo Braancamp), in *Arquivo Histórico Português*, 1906 -1910, 2ª.ed. fac-sím., Ed.Colibri / Câmara Municipal de Portel, 2003; VENTURA, Leontina, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, II vols., Coimbra, Fac.Letras, 1992, Tese de Doutoramento, policop.; IDEM, “Johan Perez d’Avoim”, *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa (DLMGP)* (dir. LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe), Lisboa: Caminho, 1993, pp. 354-355; LOURO, Maria Antónia Teixeira, *D. João de Portel, uma memória fundiária do século XIII*, Dissertação de Mestrado, FCSH / Univ.Nova de Lisboa, 1997, policop.; REI, António, *Memória de Espaços e Espaços de Memória. De al-Râzî a D. Pedro de Barcelos*, Dissertação de Mestrado, FCSH / Univ.Nova de Lisboa, 2002, policop.; IDEM, “O Livro de Rasis e a memória senhorial da casa dos Aboim-Portel”, *Rev. Callipole* n°13 (2005), Câmara Municipal de Vila Viçosa, pp.17-29; IDEM, “O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval. Das suas origens discursivas ao Apartado Geográfico da Crónica de 1344”, Tese de Doutoramento, FCSH – UNL, 2007, *passim*; IDEM, “A tradução do Livro de Rasis e a construção da memória da Casa Senhorial de Aboim-Portel”, in *Cahiers d’Histoire Hispanique Médiévale* n° 33 / *Actas do Colóquio Internacional “Traduction et pouvoir a la Péninsule Ibérique au Moyen Âge”*, ENS-LSH – Université de Lyon, 26-27 Novembro 2009, pp. 155-172.

⁷⁵ Sobre a questão da soberania sobre o reino cristão do Algarve, vejam-se, para lá das informações gerais que se encontram em BRANDÃO, Frei António, *Monarquia Lusitana (ML)*, P.IV, fls. 219-228v; *HP-AH* (ed. MATTOSO, José), vol.3, pp. 532-8; RIBEIRO, Ângelo, “Últimas conquistas e definição territorial”, *História de Portugal (HP-B)* (dir. PERES, Damião), Barcelos: Portucalense Editora, 9 vols., 1928-58, vol. II, pp. 258-68; *HP-M* (ed. MATTOSO, José), vol. 2, pp.136-9; *Nova História de Portugal* (dir. MARQUES, A.H. de Oliveira e SERRÃO, Joel), XII vols., Lisboa: Presença, 1987-..., vol. III, pp.47-9, os seguintes estudos: PEREZ-EMBED, F., *La frontera entre los reinos de Sevilla y Portugal*, Sevilla,

Durante esse período, em que estiveram directamente exercendo autoridade sobre o Algarve, ter-lhes-á chegado às mãos o manuscrito árabe que depois de traduzido ficou conhecido como ‘*Livro de Rasis*’.

Momento culminante da carreira política de João Peres de Aboim, foi também capitalizado pelo mesmo magnate como o mais importante para ilustrar o prestígio da sua Casa senhorial, ao associar intimamente aquele período com aquela tradução. O texto árabe terá sido encontrado no Algarve, talvez em Silves, e é possível que as primeiras acções conducentes à sua tradução para galaico-português tenham decorrido sob a responsabilidade de D. Afonso Peres Farinha, Mestre da Ordem do Hospital e próximo de D. João de Aboim, enquanto fautor da mesma tradução, ou talvez mais provavelmente, como supervisor do respectivo processo.⁷⁶

Tendo-se desenrolado a empresa que conduziu ao ‘*Livro de Rasis*’ ao longo de várias décadas, só acabou tendo a sua versão final após a morte de D. João, já sob os auspícios de seu filho, Pero Anes de Portel.⁷⁷

2.2.3.1. O ‘*Livro de Rasis*’

A denominação dada à tradução do texto identificado como *Livro de al-Rāzī*⁷⁸, do árabe para galaico-português foi, na sua origem, ‘*Livro de Rasis*’.⁷⁹ A

1975; GARCIA, João Carlos, *O baixo Guadiana medieval. Formação de uma fronteira*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1983; IDEM, *O espaço medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, CEG, 1986; MATTOSO, J., “As relações de Portugal com Castela no reinado de Afonso X, o Sábio”, *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa: Estampa, 1990, pp. 73-94; MACHADO, J.P., “D. João de Portel e o Algarve”, *Ensaços Histórico-Linguísticos*, pp.138-140; REI, A., “O Livro de Rasis e a memória senhorial da casa dos Aboim-Portel”, *Rev. Callipole* n°13 (2005), Câmara Municipal de Vila Viçosa, pp.17-29; IDEM, “O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval. Das suas origens discursivas ao Apartado Geográfico da Crónica de 1344”, Tese de Doutoramento, FCSH – UNL, 2007, *passim*; IDEM, “A tradução do Livro de Rasis e a construção da memória da Casa Senhorial de Aboim-Portel”, in *Cahiers d’Histoire Hispanique Médiévale* n° 33 / *Actas do Colóquio Internacional “Traduction et pouvoir a la Péninsule Ibérique au Moyen Âge”*, ENS-LSH – Université de Lyon, 26-27 Novembro 2009, pp. 155-172.

⁷⁶ Sobre os conhecimentos de língua árabe do Mestre do Hospital, v. REI, A., “O Livro de Rasis e a memória senhorial da casa dos Aboim-Portel”, *Rev. Callipole* n°13 (2005), Câmara Municipal de Vila Viçosa p.23 n.35.

⁷⁷ Sobre o processo de tradução e a sua duração, e a forma de articulação da tradução com a arquitectura da memória senhorial dos Aboim-Portel, v. REI, A. “O Livro de Rasis e a memória senhorial da casa dos Aboim-Portel”, pp.17-29.

⁷⁸ Relativamente a como o texto da *Farhat al-anfus* de Ibn Ghâlib, letrado hispano-árabe, terá sido entendido como tratando-se da obra dos dois al-Râzî, ou, talvez mais

empresa de tradução daquela obra foi concluída por uma equipa de tradutores, dos quais apenas conhecemos os nomes do redactor, Geraldo Peres, um letrado ao serviço de Pero Anes de Portel⁸⁰, e do principal dos leitores/tradutores, o muçulmano mudéjar Mestre Muhammad, alarife de profissão.⁸¹ “Principal”, porque só dele se conhece o nome, embora se saiba que também outros mouros leram para Geraldo Peres.⁸²

simbolicamente, da obra do pai, Ahmad al-Râzî, v. REI, António, *Memória de Espaços...*, pp. 136-138.

⁷⁹ Como tal aparece designado em Ibn Sa’id, *Al-Mughrib fi hulâ-l-Maghrîb*, ed. DAYF, Shawqî, 2 vols., Cairo, Dâr-al-Ma’arif, 1964, vol.I, p. 321, 339, 361, 363, 381, 403, 411, 417; vol.II, p. 51, 75, 193, 245, 298. No testemunho português mais antigo da *CMR*, o de André de Resende, encontramos para referir a obra, a expressão latina ‘*librum Rases*’, ‘*liber Rasiae*’ (*C1344*, ed. CINTRA, p. CDLXVIII-CDLXXIX; *CMR*, ed. CATALÁN, Diego e ANDRES, Maria Soledad de, p.3, n.; MICHAËLIS, Carolina, “André de Resende e a *CMR*”, *O Archeologo Português* XXIV (1920), pp. 177-193, p.182), enquanto em português surge ‘liuro’ (*C1344*, ed. CINTRA, p. CDLXVIII; *CMR*, ed. CATALÁN, Diego e ANDRES, Maria Soledad de, *ibid.*). No ms. castelhano *Ca* encontramos a palavra ‘libro’ (CATALÁN, Diego e ANDRES, Maria Soledad de, *CMR*, p.10), que também aparece no ms. usado por GAYANGOS, (“Memoria...”, p.34), enquanto nos dois outros testemunhos castelhanos (*Mo* e *Es*) se referencia a palavra ‘coronica’ (CATALÁN, Diego e ANDRES, Maria Soledad de, *CMR*, p.4). Assim, somos levados a pensar que a tradução original de Gil Peres e Muhammad Alarife, teria em ‘Livro’ o seu provável título, tal como surge no testemunho árabe (séc.XII-XIII), e que a designação ‘Crónica’ lhe teria sido atribuída mais tarde, talvez a partir das cópias castelhanas. MICHAËLIS, Carolina na *ob.cit.*, usou profusamente a designação: *Livro de Rasis*. A autora preferiu-a claramente à expressão ‘*Crónica do Mouro Rasis*’, pois enquanto apenas a utilizou no título do seu trabalho, no texto só duas vezes falou em ‘*Crónica de Rasis*’, a expressão ‘*Livro de Rasis*’ aparece dezassete vezes (!), e só a palavra ‘*Livro*’ mais três vezes. Talvez a tenha adoptado a partir da transcrição do latim de Resende (cf. *supra*). Também VASCONCELOS, José Leite de hesitou entre ‘*Livro, Geografia ou Crónica do Mouro Rasis*’ ao identificar um excerto da parte geográfica da *C1344* que ele incluiu nos seus *Textos Arcaicos*, 5ª.ed., Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1970, p. 54.

⁸⁰ Embora se tenha tornado recorrente identificar Gil Peres como clérigo (v. *C1344*, ed. CINTRA, vol.I, p. CXLIII; *CMR*, ed. CATALÁN, Diego e ANDRES, Maria Soledad de, p.XI; GAYANGOS, “Memoria...”, p.23, n.4.), e como tal o referimos também na nossa Dissertação de Mestrado, v. REI, A., *Memória de Espaços ...*, p.85; ficámos, no entanto, com bastantes reservas sobre essa possível condição eclesiástica do redactor do ‘*Livro de Rasis*’, questões que tratámos no estudo “O Redactor do *Livro de Rasis* ou *Crónica do Mouro Rasis*. Subsídios para a sua identificação”, in *Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais: «A Guerra e a Sociedade na Idade Média»*, II vols., Campo Militar de S. Jorge (CIBA) / Porto de Mós / Alcobaca / Batalha, 2009, vol. II, pp. 269-276.

⁸¹ *CMR*, ed. CATALÁN, Diego e ANDRES, Maria Soledad de, p.3. Gayangos parece ter dúvidas sobre se o Mestre Muhammad terá ou não sido um alarife, pois diz “[...] un moro llamado maestre Mahomat (otros añaden el alarife)[...]”, *ibidem*.

⁸² *CMR*, ed. CATALÁN, Diego e ANDRES, Maria Soledad de, p.10; GAYANGOS, Pascual de, «Memoria sobre la autenticidad de la Crónica denominada del moro Rasis»,

Não se conhece a data exacta deste empreendimento letrado. Sabemos, no entanto, ter sido terminado em 1312⁸³, ou, quando muito, seguramente antes de 1315, visto ser esta a data em que faleceu Pero Anes, o último senhor da Casa de Aboim / Portel⁸⁴, no âmbito da qual se efectuou aquela tradução.⁸⁵

2.2.3.2 ‘*Livro de Rasis*’, ‘*Historia del Moro Rasis*’ e ‘*Crónica del Moro Rasis*’

Apesar de a obra ter tido denominações várias, *Livro de Rasis*, em português, e *Historia del Moro Rasis* e *Crónica del Moro Rasis*, em castelhano, foi sem dúvida esta última designação que acabou identificando e mesmo celebrizando esta obra traduzida do árabe para galaico-português e deste para castelhano. Assim, usaremos a sigla da última (CMR) para genericamente a identificarmos. Só em casos de excepção usaremos alguma das outras duas (LR ou HMR).

Tendo-se perdido qualquer cópia, integral ou parcial, da versão original da tradução portuguesa, da qual o último apógrafo conhecido terá desaparecido em 1755, durante o Terramoto⁸⁶, apenas subsistiram da CMR algumas versões castelhanas, das quais as mais antigas remontam ao século XV.⁸⁷ Em língua

Memorias de la Real Academia de la Historia, VIII (Madrid, 1852), p.1-100, p.34 ; REI, A., *Memória de Espaços...*, pp. 85-86.

⁸³ Segundo o Conde da Ericeira, D. Luiz de Menezes, quando fez a apresentação na *Academia da História Portuguesa*, em 1724, do códice nº 146 da livraria dos Condes do Vimieiro, que antes pertencera a Resende e a Severim de Faria. (cf. MICHAËLIS, Carolina, “André de Resende e a CMR”, p.186).

⁸⁴ *C1344*, ed. CINTRA, vol.I, p.CXLIII; *CMR*, ed. CATALÁN, Diego e ANDRES, Maria Soledad de, p.XIII.

⁸⁵ Sobre os Aboim/Portel, e a sua importância em todo este processo, v. REI, António, “O Livro de Rasis e a memória senhorial da casa dos Aboim-Portel”, *Rev. Callipole* nº13 (2005), Câmara Municipal de Vila Viçosa, pp. 17-29; e IDEM, “A tradução do Livro de Rasis e a construção da memória da Casa Senhorial de Aboim-Portel”, in *Cahiers d’Histoire Hispanique Médiévale* nº 33 / *Actas do Colóquio Internacional “Traduction et pouvoir a la Péninsule Ibérique au Moyen Âge”*, ENS-LSH – Université de Lyon, 26-27 Novembro 2009, pp. 155-172.

⁸⁶ Cf. MICHAËLIS, Carolina, “André de Resende e a CMR”, p.186-7; *C1344*, ed. Cintra, vol. I, p. CCCXXI-CCCXXII; *CMR*, ed. CATALÁN, Diego e ANDRES, Maria Soledad de, p.XII-XIII.

⁸⁷ Trata-se dos manuscritos, *Ca*, *Mo* e *Es*, da *CMR* utilizados por Diego Catalán e Maria Soledad de Andres como base para a respectiva edição, visto os considerarem os mais genuínos e menos alterados (*CMR*, ed.CATALÁN, Diego e ANDRES, Maria Soledad de, p.XIII-XVII); embora existam outros mais tardios (*Idem*, p.XVII, n.27). Na origem dos mss. *Ca*, *Mo* e *Es*, estaria, segundo aqueles autores, uma tradução de Pedro de Corral, a qual fora utilizada na composição da sua *Crónica Sarracina* (*Idem*, p.XIII). Sobre o contexto historico-literário que terá envolvido a tradução castelhana do *LR*, v. REI, A., *O Lowvor da*

portuguesa, e até ao presente momento, apenas se recenseiam as partes integrantes da *C1344*, tanto as editadas por Lindley Cintra (ms. *L*)⁸⁸, como as do ms. de Paris (ms. *P*), tendo sido este último parcialmente publicado por António Nunes de Carvalho, em 1863⁸⁹; assim como alguns excertos transcritos por André de Resende, no século XVI, e outros, de menor dimensão, transcritos por Duarte Nunes de Leão.⁹⁰

Um dos principais testemunhos textuais da *CMR*, uma obra originalmente dividida em três partes (Introdução geográfica, História Pré-Islâmica e História Islâmica)⁹¹ é a *C1344*, embora nesta última aquelas partes figurem com algumas alterações e interpolações mais ou menos significativas⁹². Ainda assim, contudo, a Descrição Geográfica é considerada como a parte menos alterada relativamente ao primitivo texto, e, portanto, a que estará mais próxima da sua matriz árabe, quer na *CMR* quer na *C1344*.⁹³

Reabilitada por Gayangos, a *CMR* deve-lhe a sua primeira edição.⁹⁴ Uma edição cuja vigência apenas terminou em 1975, quando Diego Catalán e Maria

Hispania ..., Vol. II: 2.III.5.1. «O conde de Barcelos, o Senhor de Vilhena e a tradução da *Historia del Moro Rasís*».

⁸⁸ Sobre as partes da *CMR* transcritas na *C1344*, tanto na primeira versão como na versão refundida, v. *C1344*, ed. Cintra, vol.I, pp. XXXI-XXXVI (1ª redacção); pp. XXXVI-XXXVIII (2ª redacção).

⁸⁹ Sobre o ms. *P* e a sua edição incompleta em meados do século XIX, v. infra 1.2. “a *C1344*”.

⁹⁰ Estes excertos transcritos por Resende foram publicados por Lindley CINTRA (*C1344*, vol.I, Apêndices, pp. CDLXVII-CDLXXII) e por CATALÁN, Diego e ANDRES, Maria Soledad de (*CMR*, *passim*), acompanhando as passagens similares dos três testemunhos castelhanos. Ainda sobre outras passagens que subsistem da *CMR*, em português, v. REL, A., *Memória de Espaços...*, Anexo II, “Diferentes cópias da *CMR original*”, o relativo a “Duarte Nunes de Leão e a *CMR*”.

⁹¹ Três partes já identificadas por GAYANGOS na sua “Memória...”, p. 5.

⁹² Cf. *C1344*, ed. CINTRA, p. XXXIII e XXXVII-XXXVIII.

⁹³ Sobre questões relativas à descrição espacial da Península Ibérica, cf. A. REI, *Memória de Espaços...*, especialmente 1.3. “A «Descrição Geográfica» de al-Râzî”, pp.25-27.

⁹⁴ Diz-nos GAYANGOS que usou para o seu estudo e edição “dos copias al parecer fieles y exactas” (“Memoria...”, p. 30), uma das quais que teria sido feita a partir de *Ca*, mas que ele não confrontou com o original de *Ca*. Na realidade terá usado sim um texto tardio, onde a parte da História Islâmica foi completada a partir da *C1344* (> ms. *E*), pois essa parte mostra-se idêntica à que surge no ms. *Cop* (séc.XVII; e em Apêndice na ed. CATALÁN, Diego e ANDRES, Maria Soledad de, pp. 285-376) e também nos testemunhos da *C1344*, embora falte nos mss. editados por CATALÁN, Diego e ANDRES, Maria Soledad de. (cf. CATALÁN, Diego e ANDRES, Maria Soledad de *CMR*, p.XVII). Sobre os textos ‘híbridos’ do século XVII, v. REI, A., *Memória de Espaços...*, em especial Anexo IV (“Manuscrito inédito da *CMR* em Portugal - o ms. *LV* do MNA-Lisboa”); IDEM,

Soledad de Andres, ao editarem criticamente a *CMR* com base em três dos vários testemunhos manuscritos castelhanos, os mss. *Ca*, *Es* e *Mo*⁹⁵, vieram dar-lhe alternativa e descanso.

2.2.4. Pedro Afonso, Conde de Barcelos (1282?-1354)

Filho natural de D. Dinis, foi genro daquele Pero Anes de Portel, por ter casado com sua filha D. Branca Peres de Sousa. Com o falecimento daquela senhora foi Pedro Afonso constituído seu herdeiro, tendo, entre a herança e as doações de seu pai, conseguido juntar um grande património fundiário. Foi elevado a Conde de Barcelos em 1314, tendo recebido o título e o respectivo domínio senhorial.

Tendo participado na confrontação que envolveu seu pai, o rei D. Dinis, e seu irmão, o herdeiro D. Afonso, acabou exilado em Castela entre 1317 e 1322, durante o período final da regência de Maria de Molina e início da regência em que participou D. João Manuel, Senhor de Vilhena, atrás referido. Como já dissemos, o contacto entre estes dois senhores terá sido importante no que toca à futura divulgação, principalmente castelhana, da chamada *CMR*.

Regressado a Portugal, medeia os conflitos entre o pai e o irmão, e após 1325, com a morte daquele e a subida ao trono deste, deixou a corte e afastou-se para os seus senhorios de Lalim, onde passou a residir até à sua morte em 1354.⁹⁶

Como letrado teve, com já vimos, contacto com o meio cultural dos Aboim-Portel, pelo seu casamento com uma senhora daquela família. As suas obras maiores, o *Livro de Linhagens* e a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, compô-las na

“Manuscrito inédito atribuído à *Crónica do Mouro Rasis*, em Portugal - o ms. *LV* do Museu Nacional de Arqueologia -Lisboa”, *O Arqueólogo Português*, Série IV, vol.19 (2001), pp. 235-245; e IDEM, “*O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval. Das suas origens discursivas ao Apartado Geográfico da Crónica de 1344*”, Tese de Doutoramento, FCSH – UNL, 2007.

⁹⁵Cf. *CMR*, ed. CATALÁN, Diego e ANDRES, Maria Soledad de, p. XI-CX.

⁹⁶ Sobre Pedro Afonso, Conde de Barcelos, a biografia principal continua a ser a inserta na *C1344*, ed. CINTRA, pp. CLVI-CLXIX. Vejam-se também: KRUS, Luís, “Pedro, conde de Barcelos”, in *Dicionário Ilustrado de História de Portugal (DIHP)*, II, Lisboa: Alfa, 1985, pp. 91-2; SIMÕES, M., “Pedro de Portugal, Conde de Barcelos”, *DLMGP*, pp. 521-523; FERNANDES, A. de Almeida, *A história de Lalim. Homenagem ao conde D. Pedro*, Lalim, Câmara Municipal de Lamego, 1990; BARROCA, M., *Epigrafia...*, pp. 1467-72; FERNANDES, Carla Varela, “D. Pedro, conde de Barcelos, e a escolha de S. João de Tarouca como ‘locus’ sepulcral”, in *Cister. Espaços, territórios, paisagens. Actas de Colóquio*, II, Lisboa, MC e IPPA, 2000, pp. 443-50.

fase final da sua vida, acabando ambas, embora sob formas distintas, por terem sido marcadas pela enorme coligação, régia e senhorial, que esteve presente na Batalha do Salado (1340).

D. Pedro foi, através da sua *Crónica Geral de Espanha*, o introdutor em Portugal do modelo historiográfico afonsino.⁹⁷

Para D. Pedro aquela congregação da elite guerreira hispânica levou-o a concluir, e a ser o arauto, de que a principal qualidade daquela aristocracia e o motivo maior da sua coesão como estamento social, teria de ser a consciência da sua predestinação como guerreiros-cruzados, escolhidos pela Divindade para salvar a Cristandade.⁹⁸

A óptica do Conde de Barcelos não era inocente, pois segundo a sua argumentação os monarcas deveriam continuar a ser uns *primus inter pares* mais empenhados em ter o seu escol guerreiro sempre pronto à acção militar redentora, do que ocupados a ‘cimentar’ as estruturas da ainda incipiente administração central, e a cercar os poderes a essas famílias de guerreiros que, desde há séculos, devotadamente, se dedicavam à expansão dos territórios da cristandade.⁹⁹

No *Livro de Linhagens* o Conde pretendeu traçar a continuidade dessas famílias, enquanto na *Crónica de 1344*, procurou demonstrar a efectividade da sua conceptualização do poder em monarquias intrinsecamente sagradas pelo acto guerreiro. A verdadeira solidariedade hispânica que se produzira para que todos juntos, no Salado, afrontassem a nova invasão, seria também uma panaceia para a resolução das tensões que as monarquias cristãs peninsulares vinham sofrendo desde há quase três quartos de século.¹⁰⁰ Dentro daquela óptica, rei que não fosse guerreiro não ficaria totalmente legitimado nas suas funções.

Na realidade D. Pedro foi um dos porta-vozes privilegiados que deram eco à crise que principalmente a nobreza portuguesa, mas não só, estava atravessando. No caso português relacionava-se essa crise com o final da

⁹⁷ CATALÁN, Diego, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, Madrid: Gredos, 1962, em especial “D. Pedro de Barcelos y la entrada de la historiografía alfonsi en Portugal”, pp.289-411; KRUS, Luís, “Os Heróis da Reconquista...”, p.129.

⁹⁸ KRUS, Luís, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, p. 16.

⁹⁹ IDEM, “Os heróis da reconquista e a realeza sagrada medieval peninsular: Afonso X e a *Primeira Crónica Geral de Espanha*”, em especial, p.131.

¹⁰⁰ KRUS, Luís, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, pp.115-116 e ns. 230-231.

‘reconquista’ em espaço português, não havendo para a nobreza guerreira, ou ‘velha nobreza’, reais possibilidades de expansão dominial em função da guerra.¹⁰¹

No caso castelhano-leonês, com as possibilidades de ‘reconquista’ de Granada ainda em aberto, a verdade é que desde meados do século anterior que não havia um significativo avanço das fronteiras, a Sul. E, portanto, a nobreza não tinha como conseguir ir buscar mais domínios e riqueza.¹⁰²

As velhas nobrezas de cariz guerreiro reagiam também contra as novas nobrezas cortesãs, cujas carreiras ascensionais estavam mais ligadas ao desempenho de funções administrativas junto dos monarcas do que a acções de foro militar. Ou seja, gente mais de “serviço” de corte que de espada.¹⁰³

2.2.4.1. *Crónica Geral de Espanha de 1344 (C1344)*

A *C1344*, obra portuguesa marcada pelo modelo cronístico afonsino, mais na metodologia do que nos conteúdos¹⁰⁴, foi composta por D. Pedro Afonso, conde de Barcelos, em 1344, tendo sido refundida mais tarde, cerca de 1400

¹⁰¹ É nesse impasse pós-‘reconquista’ que as famílias senhoriais do reino de Portugal começam a fazer redigir as suas memórias e as suas genealogias, para os vindouros saberem de quem vinham. Curiosamente é no âmbito da Casa dos Riba de Vizela que surge a primeira obra do género, o *Livro Velho de Linhagens*. Os Riba de Vizela eram uma família ligada às antigas linhagens dos Infanções (Maia, Sousa, Riba Douro, Baião e Braganços [v. MATTOSO, José, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, Lisboa, Guimarães Ed., 1982, p.45]) e contra a ascensão da nova nobreza ‘de corte’ simbolizada precisamente por João Peres de Aboim. Inclusivamente o mais poderoso dos senhores de Riba de Vizela, Gil Martins, foi destituído do cargo de mordomo-mor de Afonso III, tendo o mesmo cargo passado para aquele João Peres de Aboim. Afrontado com a atitude do monarca, Gil Martins exilou-se, até à morte em Castela, na corte de Afonso X (Sobre este conflito entre duas nobrezas, v. REI, A., “Os Riba de Vizela, Senhores de Terena (1259-1312)”, *Callipole - Rev. Municipal de Cultura* n.º 9 (2001), Câmara Municipal de Vila Viçosa, pp. 13-22.

¹⁰² KRUS, Luís, “Os heróis da reconquista e a realeza sagrada medieval peninsular: Afonso X e a *Primeira Crónica Geral de Espanha*”, p. 132.

¹⁰³ V. supra n. 97.

¹⁰⁴ Cf. REI, A., “O texto atribuído a RZ, na historiografia romance (1265-1344) - significado histórico-cultural duma tradição textual”. Sobre o tema dos antecedentes e influências da cronística alfonsina na *C1344*, v. CATALÁN, Diego, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, Madrid: Gredos, 1962, principalmente o último estudo, intitulado “Don Pedro de Barcelos y la entrada de la historiografia alfonsí en Portugal”, pp. 289-411. Ainda sobre esta Crónica, embora anterior à edição de Lindley Cintra, e portanto veiculando conclusões depois definitivamente ultrapassadas, SANCHÉZ ALONSO, B., *La Historia de la historiografia...*, pp. 220-222.

(R1400).¹⁰⁵ Ambas as versões, a original e a refundida, foram traduzidas para castelhano.

A C1344 foi composta a partir de um conjunto de fontes que variaram entre a versão original e a versão refundida. No entanto, com algumas diferenças, as componentes da CMR continuaram fazendo parte do texto da C1344 em ambas as versões referidas, e a Descrição Geográfica foi uma delas.¹⁰⁶

A proximidade familiar que existiu entre o patrocinador da redacção final da CMR, Pero Eanes de Portel, e o compilador da C1344, o Conde D. Pedro, visto terem sido, respectivamente, sogro e genro, fez com que a CMR fosse naturalmente conhecida pelo segundo.

Da versão portuguesa original da C1344 não chegou até nós nenhum manuscrito.¹⁰⁷ Lindley Cintra baseou a sua reconstituição num testemunho ‘restaurado’ da versão de 1420, o ms. *L*. Para além deste existe um outro testemunho português também do século XV, embora posterior, o ms. *P*.¹⁰⁸ São ambos exemplares de uma família de textos a que há que acrescentar dois mss. tardios do século XVII, *Li* e *Ev*¹⁰⁹, com características que os afastam dos testemunhos relativos às traduções castelhanas, tanto da versão de 1344, como da de 1400.¹¹⁰

¹⁰⁵ Para as datações da primeira e da segunda versões, v. C1344, ed. CINTRA, vol.I, p. XXXIX-XL.

¹⁰⁶ Os dois conjuntos de fontes usadas nas versões de 1344 e 1400, vêm na C1344, ed. CINTRA, vol. I, p. XXXI-XXXVIII.

¹⁰⁷ Sobre todos os mss. da C1344, características específicas, famílias textuais e relações recíprocas entre eles, v. C1344, ed. CINTRA, vol.I, ‘Introdução - Segunda Parte’, p. CDLXXXIX - DXL.

¹⁰⁸ Trata-se de uma versão portuguesa elaborada entre 1457 e 1463, por iniciativa do Condestável D. Pedro, rei de Aragão, e que se encontra em Paris. António Nunes de Carvalho, emigrado liberal em França, veio mais tarde a editar uma sua cópia, que fizera em Paris. A publicação, suspensa em 1863, só chegou até ao cap.CCII (Cf. C1344, ed. CINTRA, vol.I, p.XLI-XLII e DII-DXVIII; ed. A.N. de CARVALHO, p. DXVII-DXVIII). Sobre o Condestável D. Pedro e a sua relação com a C1344, v. também BRAGANÇA, José de, “A «Crónica Geral de Espanha» da Biblioteca de Paris é uma recopilação, em parte original, do condestável D. Pedro”, *Diário de Notícias*, 1935/ 02 / 20, p.1 e 7.

¹⁰⁹ As duas cópias portuguesas tardias, do séc. XVII, são os mss. *Ev* (> BPADE, CV/2-23. Cf. C1344, ed. CINTRA, vol.I, p. DXXI; CEPEDA, Isabel Vilares, *Bibliografia da Prosa Medieval em Língua Portuguesa*, Lisboa: IBNL, 1995, p. 85) e *Li* (> BNL, Cod.8650. Cf. C1344, ed. CINTRA, vol.I, p. DXVIII-DXXI; e CEPEDA, Isabel V., *ibidem*), ambas derivadas de *P*.

¹¹⁰ Sobre a os mss. portugueses e os mss. castelhanos da R1400, relações recíprocas entre eles, e árvore genealógica dos testemunhos, v. C1344, ed. CINTRA, vol.I, pp. LXXXVII e

Os mss. tradicionalmente representativos das traduções castelhanas da C1344, os *M* e *E*, relativamente ao texto de 1344, e os *U*, *Q*, e *V* no que diz respeito ao da R1400 -, depois de muito estudados por Ramón Menendez Pidal, e por ele preparados para virem a ser publicados¹¹¹, acabaram finalmente por conhecer a edição que Diego Catalán e Maria Soledad de Andres lhes proporcionaram em 1971.¹¹²

A edição assentou essencialmente em dois testemunhos: o *M*, do texto de 1344, e o *U*, para o da versão de 1400. Criticamente, foram usados em notas todos os demais testemunhos então conhecidos da *C1344*, assim como, quando tal se impunha, testemunhos da *CMR*.¹¹³

Através da confrontação de textos comuns à *CMR* e à *C1344*, tem sido atribuído a Gil Peres a responsabilidade pelo tom romanceado e empolado que hoje caracteriza o texto disponível sobre o que teria sido a narrativa original árabe sobre o passado pré-islâmico da Península. Por outro lado, no que respeita à história islâmica, também se lhe credencia o ter abreviado o primitivo texto árabe, ou de ter utilizado uma sua versão compendial.¹¹⁴

Quanto à *C1344*, os estudos de crítica textual disponíveis sublinham como, relativamente à *CMR*, nela se teria optado por uma versão mais resumida da *CMR*, onde já se tivesse limado a exuberância textual da sua versão original; ou porque talvez se tivesse baseado num manuscrito com algumas lacunas.¹¹⁵

DXXV-DXL. Também Diego Catalán diz ser “[...]la versión portuguesa conservada por *Z [ms. matriz dos mss. portugueses], heredera directa de la originaria traducción de Rasis al portugués hecha por Gil Pérez[...]”, cf. IDEM, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, pp. 296-297.

¹¹¹Desde 1921 que Ramón Menendez Pidal pensava na edição da *C1344* (cf. *C1344*, ed. CINTRA, vol.I, p.XXIV). Por motivos vários os trabalhos foram-se arrastando até 1935, onde no Centro de Estudios Históricos, preparava a edição dos testemunhos castelhanos da *C1344*, com a colaboração de Miguel Bordonau e de Eudóxio Varón Vallejo (*Idem*, p. XLV).

¹¹²CATALÁN, Diego, e ANDRES, Maria Soledad de, *I Edición Crítica del texto español de la Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*, Madrid: Gredos, 1971 (= *C1344e*, ed. CATALÁN, Diego e ANDRES, Maria Soledad de).

¹¹³Além daqueles testemunhos de origem romance, ainda são utilizados alguns manuscritos representativos dos textos geográficos com origem hispano-árabe, nomeadamente os de Yâqût (YQ) e de al-Himyarî (HM) (v. *C1344e*, ed. CATALÁN, Diego e ANDRES, Maria Soledad de, *passim*).

¹¹⁴GAYANGOS, Pascual de, “Memória...”, p.26.

¹¹⁵*C1344*, ed. CINTRA, vol.I, p. CCCXLIV-CCCXLV e CCCL; *CMR*, CATALÁN, Diego e ANDRES, Maria Soledad de, p.XIX.

Sintetizando, os Senhores de Aboim-Portel patrocinaram a tradução do texto árabe para português e o genro do último daqueles senhores, o Conde de Barcelos, D. Pedro, ao incluir na composição da sua *C1344* parte daquela tradução, em especial a em que é feita a descrição geográfica da Hispânia, ajudou a preservar e a divulgar um texto de origem hispano-árabe e em que coexistiam características laudatórias e pragmáticas.

A sua importância foi de tal ordem que acabou por substituir, a partir de então, na crónica peninsular, as ‘laudes’ de perfil isidoriano e que se tinham mantido até à *Primeira Crónica Geral*, mandada compor por Afonso X.

Coube, assim, ao bisneto do Rei-Sábio, Pedro de Barcelos, o vir a dar descanso ao velho modelo panegírico que remontava à escrita do grande Bispo de Sevilha, e transpor para a cultura romance peninsular o modelo discursivo de origem hispano-árabe, que remontava a Ahmad al-Râzî.

* * *

Fontes manuscritas

Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa)

Mss. *Li* (> BNP, Cod.8650).

Biblioteca Pública de Évora

Mss. *Ev* (> BPADE, CV/2-23).

Impressas

AFONSO X, *Primera Crónica General (PCG)*, (ed. MENÉNDEZ PIDAL, Ramón), II ts., Madrid: Ed. Gredos, 1977.

CRÓNICA DEL MORO RASIS (CMR), ed. CATALÁN, Diego e ANDRES, María Soledad de, Madrid, Gredos, 1975.

CRÓNICA GERAL DE ESPANHA DE 1344 (C1344), (ed. CINTRA, L.F. Lindley), III vols., Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1951-1961.

De Expugnatione Lyxbonensi : A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado, (ed., trad. e notas de NASCIMENTO, Aires do.), Lisboa: Ed.Vega, 2001.

IBN GHÂLIB, Farhat al-anfus,

IBN SA'ÎD, *Al-Mughrib fî hulâ-l-Maghrîb*, (texto árabe) ed. DAYF, Shawqî, 2 vols., Cairo, Dâr-al-Ma'arif, 1964.

I Edición Crítica del texto español de la Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso (ed. CATALÁN, Diego e ANDRES, María Soledad de), Madrid: Gredos, 1971 (= *C1344e*).

O *LIVRO DOS BENS DE D: JOÃO DE PORTEL. CARTULÁRIO DO SÉCULO XIII* (ed. AZEVEDO, Pedro de, com ‘Notícia histórica’ de FREIRE, Anselmo Braancamp), in *Arquivo Histórico Português*, 1906 -1910, 2ª.ed. fac-sím., Ed.Colibri / Câmara Municipal de Portel, 2003;

- LUCAS DE TUY, *Chronicon Mundi*, (ed. PUYOL, José): *Crónica de España por Lucas, obispo de Tuy*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1926
RODERICI XIMENII DE RADA, *Historia de Rebus Hispaniae sive Historia Gothica*, ed. e estudo de FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan, Turnholt: Brepols Ed., 1987.

Bibliografia

- BRAGANÇA, José de, “A «Crónica Geral de Espanha» da Biblioteca de Paris é uma recopilação, em parte original, do condestável D. Pedro”, *Diário de Notícias*, 1935/02/20, pp. 1 e 7.
- CAGIGAS, Isidro de las, *Los Mozárabes*, II vols., Madrid: CSIC, 1947-48.
- CARLOS VILLAMARÍN, Helena de, *Las Antigüedades de Hispania*, Spoleto, 1996.
- CATALÁN, Diego, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, Madrid: Gredos, 1962.
- CATALÁN, Diego, *La Estoria de España de Alfonso X. Creación y evolución.*, Seminário Menendez Pidal - Univ. Complutense de Madrid / Ed. Gredos, 1992.
- DELORME, Jean, *Chronologie des Civilisations*, 3ª.ed., Paris, P.U.F., 1969.
- DÍAZ Y DÍAZ, M., “La circulation des manuscrits dans la Péninsule Ibérique du VIIIe au XIe siècle”, *Cahiers de Civilisation Médiévale (CCM)* n° 12, pp. 219-241 e 383-392
- DÍAZ Y DÍAZ, M., “Isidoro en la Edad Media hispana”, *De Isidoro al siglo XI Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa (DLMGP)* (dir. LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe), Lisboa: Caminho, 1993.
- FALQUE, Emma, «Una edición crítica del *Chronicon mundi* de Lucas de Tuy», in «Chroniqueur, hagiographe, théologien : Lucas de Tuy (1249) dans ses œuvres» (dir. HENRIET, P.), Sorbonne-Collège d'Espagne, Paris, *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales* 24 (2001), pp. 219-233.
- FERNANDES, A. de Almeida, *A história de Lalim. Homenagem ao conde D. Pedro*, Lalim, Câmara Municipal de Lamego, 1990.
- FERNANDES, Carla Varela, “D. Pedro, conde de Barcelos, e a escolha de S. João de Tarouca como ‘locus’ sepulcral”, in *Cister. Espaços, territórios, paisagens. Actas de Colóquio*, II, Lisboa, MC e IPPA, 2000, pp. 443-50.
- GARCIA, João Carlos, *O baixo Guadiana medieval. Formação de uma fronteira*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1983;
- GARCIA, João Carlos, *O espaço medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, CEG, 1986;
- GAYANGOS, Pascual de, «Memoria sobre la autenticidad de la Crónica denominada del moro Rasis», *Memorias de la Real Academia de la Historia*, VIII (Madrid, 1852), p.1-100.
- HENRIET, Patrick, «*Sanctissima patria*. Points et thèmes communs aux trois œuvres de Lucas de Tuy», in «Chroniqueur, hagiographe, théologien : Lucas de Tuy (1249) dans ses œuvres» (dir. P. HENRIET), Sorbonne-Collège d'Espagne, Paris, *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales* 24 (2001), pp.249-278.
- HISTÓRIA DE PORTUGAL, de ALEXANDRE HERCULANO (ed. MATTOSO, José), 4 vols., Lisboa, Bertrand, 1980-1983.
- KRUS, Luís, “Pedro, conde de Barcelos”, in *Dicionário Ilustrado de História de Portugal (DIHP)*, II, Lisboa: Alfa, 1985, pp. 91-92.
- KRUS, Luís, “Tempo de Godos e Tempo de Mouros. As Memórias da Reconquista”, in *Passado, Memória e Poder na sociedade medieval portuguesa*, Redondo: Patrimonia, 1994
- KRUS, Luís, “Os Heróis da Reconquista e a Realeza Sagrada Medieval Peninsular: Afonso

- X e a *Primeira Crónica Geral de Espanha*” in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa*, Redondo: Patrimonia, 1994, pp. 129-142.
- KRUS, Luís, *A Conceção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380). Geografia dos livros de linhagens medievais portugueses, 1280-1380*, Lisboa: FCG/JNICT, 1995.
- LE GOFF, Jacques, *Os Intelectuais na Idade Média*, Lisboa: Gradiva, s.d.;
- LOURO, Maria Antónia Teixeira, *D. João de Portel, uma memória fundiária do século XIII*, Dissertação de Mestrado, FCSH / Univ.Nova de Lisboa, 1997, policop.;
- MACHADO, José Pedro, “Afonso X, o Sábio, poeta e tradutor”, *Ensaio Histórico-Linguístico*, Lisboa: Ed. Notícias, 1996, pp. 85-125.
- MACHADO, J.P., “D. João de Portel e o Algarve”, *Ensaio Histórico-Linguístico*, pp.138-40.
- MARAVALL, José António, *El concepto de España en la Edad Media*, Madrid: C.E.C., 1997.
- MATTOSO, José, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, Lisboa, Guimarães Ed., 1982.
- MATTOSO, José, “A Guerra Civil de 1319-1324”, in *Portugal Medieval. Novas interpretações*, Lisboa: IN-CM, 1984, pp. 293-308.
- MATTOSO, J., “As relações de Portugal com Castela no reinado de Afonso X, o Sábio”, *Fragments de uma composição medieval*, Lisboa: Estampa, 1990, pp. 73-94.
- MICHAËLIS, Carolina, “André de Resende e a CMR”, *O Archeologo Português XXIV* (1920), pp. 177-193.
- MITRE FERNÁNDEZ, Emilio, “Un Sentimiento de Comunidad Hispánica ? La Historiografía Peninsular”, *História de España - Ramón Menéndez Pidal - XVI: Época Gótica (c.1220-c.1480)*, Madrid: Espasa-Calpe, 1988, pp.407-438.
- O'CALLAGHAN, Joseph F., “*Image and Reality: The King Creates His Kingdom*”, in *Emperor of Culture*, Robert I. Burns, S.J. (dir.), (<http://libro.uca.edu/alfonso10/emperor>) (acedido a 20/08/2011).
- ORCÁSTEGUI, Carmen, e SARASA, Esteban, *La Historia en la Edad Media. Historiografía e historiadores en Europa Occidental: siglos V-XIII*, Madrid, Cátedra, 1991.
- PATTISON, D. G., “Juan Manuel’s *Crónica Abreviada* and Alphonsine Historiography, in *Medivm Ævum*, 2 (1992), pp. 242-249
- PEREZ-EMID, F., *La frontera entre los reinos de Sevilla y Portugal*, Sevilha, 1975.
- REI, A., “*O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval. Das suas origens discursivas ao Apartado Geográfico da Crónica de 1344*”, Tese de Doutoramento em História Cultural e das Mentalidades Medievais, FCSH – UNL, 2007.
- REI, A., “Os Rostos do Poder na Lisboa das Taifas (1009-1093). Novas leituras”, *Actas do II Colóquio Nova Lisboa Medieval*, Lisboa: IEM/FCSH-UNL / Livros Horizonte, 2007, pp. 60-71.
- REI, A., *Memória de Espaços e Espaços de Memória. De Al-Râzî a D. Pedro de Barcelos*, Dissertação de Mestrado, FCSH / Univ.Nova de Lisboa, 2002, policop.;
- REI, A., “O Livro de Rasis e a memória senhorial da casa dos Aboim-Portel”, *Rev. Callipole* n°13 (2005), Câmara Municipal de Vila Viçosa, pp.17-29;
- REI, A., “O Redactor do *Livro de Rasis* ou *Crónica do Mouro Rasis*. Subsídios para a sua identificação”, in *Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais: «A Guerra e a Sociedade na Idade Média»*, II vols., Campo Militar de S. Jorge (CIBA) / Porto de Mós / Alcobaca / Batalha, 2009, vol. II, pp. 269-276.
- REI, A., “A tradução do Livro de Rasis e a construção da memória da Casa Senhorial de Aboim-Portel”, in *Cahiers d'Histoire Hispanique Médiévale* n° 33 / *Actas do Colóquio Internacional “Traduction et pouvoir a la Péninsule Ibérique au Moyen Âge”*, ENS-LSH – Université de Lyon, 26-27 Novembro 2009, pp. 155-172.
- REI, A., “Manuscrito inédito atribuído à *Crónica do Mouro Rasis*, em Portugal - o ms. LV do

- Museu Nacional de Arqueologia -Lisboa”, *O Arqueólogo Português*, Série IV, vol.19 (2001), pp. 235-245.
- REI, A., “Da Crónica Moçárabe de 754 à Crónica General de Afonso X: a laude e o dolo, cimentos do discurso da Reconquista”, in *Actas dos II e III Colóquios Internacionais sobre Fontes Não Árabes sobre a Conquista Árabe*, Universidade de Granada / Universidade de Alcalá de Henares, Dezembro 2009 / Junho 2010 (no prelo).
- REI, A., “Os Riba de Vizela, Senhores de Terena (1259-1312)”, *Callipole - Rev. Municipal de Cultura* n.º 9 (2001), Câmara Municipal de Vila Viçosa, pp. 13-22.
- RIBEIRO, Ângelo, “Últimas conquistas e definição territorial”, *História de Portugal* (dir. PERES, Damião), Barcelos: Portucalense Editora, 9 vols., 1928-58, vol. II, pp. 258-68;
- RUCQUOI, A., *História Medieval da Península Ibérica*, Lisboa: Ed. Estampa, 1995.
- SALRACH MARÉS, José Maria, “Feudalismo y expansión (siglos XI-XIII)”, in *Historia de Andalus: musulmanes y cristianos (siglos VIII-XIII)*, pp. 255-438;
- SANCHÉZ ALONSO, Benito, *Historia de la historiografía española: ensayo de un examen de conjunto. 1) Hasta la publicación de la Crónica de Ocampo (...-1543)*, 2ª ed. rev., Madrid: CSIC, 1941.
- SANTIAGO-OTERO, Horacio, *La Cultura en la Edad Media Hispana (1100-1470)*, Lisboa: Colibri, 1996.
- SIMÕES, M., “Pedro de Portugal, Conde de Barcelos”, *DLMGP*, pp. 521-523.
- TERRÓN ALBARRÁN, Manuel, «Aproximación a la Prosopografía del Reino Taifa de Badajoz: las Fronteras y el Territorio», *Bataliús* II (1996), pp.233-256, pp.247-248;
- VASCONCELOS, José Leite de, *Textos Arcaicos*, 5ª.ed., Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1970.
- VENTURA, Leontina, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, II vols., Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Tese de Doutoramento, 1992, policop.
- VIGUERA MOLÍNS, Maria Jesús, «Entre Douro e Mondego nas fontes árabes medievais. Estudo de um caso periférico», *Fontes da História de al-Andalus e do Gharb*, Lisboa: CEAA-IICT, 2000, pp. 117-140.